



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

EFEITOS DE SENTIDO: RELAÇÃO ENTRE TEXTUALIDADE E SINTAXE

Maria Gorette da Silva Ferreira Sampaio*
(UESB)

Luzimare Almeida Pilôto**
(UNEB)

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise da constituição sentencial visando reflexões sobre a relação textualidade e sintaxe. Para tanto, concentramos nosso foco na análise sobre o aspecto lacunoso dos textos. Numa perspectiva mais tradicional, os elementos articulados são vistos em termos da organicidade do texto e é sob essa perspectiva que interferem na textualidade. Numa perspectiva enunciativa, por outro lado, considerando os processos sócio-históricos, observamos que a forma de encadeamento produz sentido somente por uma ancoragem numa memória, e, portanto, é imprescindível considerarmos o plano enunciativo, que, assim como o plano da organicidade, é constitutivo da textualidade. A memória deixa nas textualidades, nas formas da língua, no fio da sentença, instalada pela convocação do sujeito, que pode ou não se materializar, as marcas das enunciações que compõem a história dos dizeres e, no caso do texto analisado neste artigo, dos dizeres sobre a instituição, sobre as categorias que a compõem e sobre as relações de força que as sustentam. Na constituição da textualidade, é fundamental nos voltarmos para pontos de observação da sintaxe, o que nos possibilitará investigar como os sujeitos se inscrevem no acontecimento enunciativo. No presente trabalho, pautamo-nos na Semântica da Enunciação para analisar a relevância da configuração sentencial na constituição da textualidade a partir da análise de um texto.

PALAVRAS-CHAVE: memória, sintaxe, textualidade.

* Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino do Português, Uesb, Integrante do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo - CNPq, goretteuesb@gmail.com.

**Mestre em Linguística, pela UESB e professora de Língua Portuguesa da UNEB, luzimare@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A proposição de uma discussão acerca da relação textualidade e sintaxe talvez possa, em um primeiro momento, parecer óbvia ou desnecessária, uma vez que a análise dos aspectos formais da textualidade é realizada por meio do aparato teórico dos estudos sintáticos. Vista sob um ponto de vista enunciativo, em que lidamos com outro modo de conceber a textualidade e a sintaxe, tendo em vista os deslocamentos produzidos, entendemos que, ainda, há muito que se explicitar acerca dessa relação. Uma das direções que tomamos para este trabalho de explicitação é analisar a que fatores se devem as lacunas, que são comumente entendidas como ausência de termos que deveriam estar materializados lexicalmente no texto. Essa ausência geralmente é avaliada como algo que deve ser evitado. Para nós, no entanto, essa “ausência” constitui uma falta constitutiva.

Para tanto, com base na Semântica da Enunciação, como postulada por Guimarães (1995), discutiremos, brevemente, alguns conceitos sobre os quais nos basearemos para análise de um texto. A partir desse propósito, selecionamos algumas sentenças do texto em análise a fim de facilitar a reflexão sobre questões que ora levantamos, como: Quais as condições enunciativas através das quais os textos, constitutivamente lacunosos, ganham pertinência? A que se devem as lacunas do texto? Qual a importância da agregação dos elementos na sentença para a constituição da textualidade?

No tocante à organização do presente artigo, são três os tópicos desenvolvidos a seguir: no tópico *Sintaxe: língua e memória*, apresentamos brevemente o modo como concebemos a sintaxe; em *Sentença e lugar sintático sujeito: constituição da textualidade*, discutimos a importância que a sentença e o lugar sintático sujeito exercem para a constituição da textualidade; no tópico *Configuração sentencial e a construção da textualidade*, realizamos a análise de sentenças do texto selecionado, amparando-nos nos aspectos teóricos trabalhados nos tópicos anteriores; em seguida, apresentamos nossas Considerações finais; por fim, Referências.



SINTAXE: LÍNGUA E MEMÓRIA

As especificidades com que Dias (2002, 2006) trata a relação enunciação e gramática, com a qual podemos relacionar a distinção elaborada por Benveniste (2005) acerca das condições de emprego das formas e condições de emprego da língua, permitem-nos conceber o campo da sintaxe a partir de dois planos: o plano da organicidade e o plano do enunciável. Esses planos não se acrescem um ao outro, mas se constituem.

A proposição de uma sintaxe de base enunciativa possibilitou ao autor produzir um deslocamento no tocante ao modo como ele observa o fato linguístico. Este é “definido a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de referência a ser representado, de um outro” (DIAS, 2006, p.57). Atentar-se também para o que não está materialmente representado é determinante para essa maneira de abordar o fato linguístico.

As afirmações feitas por Dias acerca dos planos e do fato linguístico nos remetem ao que Guimarães (1995) afirma sobre a identidade dos elementos linguísticos, que só se dá na/pela enunciação. A língua tem a memória de suas unidades, e, nessa direção, as unidades são articuladas pelo sujeito em função de um dizer. Dessa forma, podemos pensar na memória da organicidade da língua e, conforme a perspectiva teórica aqui já apontada, pensar uma teoria da enunciação em que as regularidades orgânicas estão em relação de constitutividade com a memória, a atualidade. A sintaxe, então, pode ser vista sob essa perspectiva.

Para explicitação das nossas teses, é importante tratarmos sobre o que embasa o nosso entendimento sobre a memória, tendo em vista que a vemos como constitutiva da linguagem.

A memória discursiva para Courtine (1981) concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos e pode ser compreendida como uma forma de repetição, considerando-se que o discurso se articula a partir dos dois eixos: o horizontal e o vertical. A memória, conforme Pêcheux



(1999, p. 56), apresenta-se como estruturação de materialidade discursiva complexa, que, tensionada numa dialética da repetição e da regularização, é aquilo que, frente a um texto que aparece como acontecimento a ler, reaviva os implícitos, ou seja, os pré-construídos indispensáveis a sua leitura. O autor define a memória discursiva como um espaço de divisões, disjunções, deslocamentos, retomadas, conflitos, regularização, desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Partindo da definição de Pêcheux, Orlandi (1991) afirma que a memória é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, do já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31). A autora retoma Courtine (1981) e afirma que a memória discursiva se situa no eixo vertical, que é o da constituição.

Guimarães, dada a filiação aos estudos de Pêcheux e Orlandi, tem a noção de interdiscurso como algo pontual nas suas discussões. É a partir da noção de interdiscurso da Análise de Discurso que ele desloca o conceito de enunciação: “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995, p. 70). O acontecimento se dá numa relação com um dizível, com um passado à espera de uma atualização, para se tornar não o mesmo, mas outro que, na relação entre passado e presente, projeta uma outra possibilidade de atualização de sentido.

Também no campo discursivo, Achard (1999) discute a memória e o faz abordando a questão dos implícitos, cujo estatuto não está na ordem da materialização do dito, mas na ordem do nosso dizer, o tempo todo. Constitui, nessa direção, uma falta que é constitutiva e, sendo assim, a não presença fonológica não implica ausência no/de dizer. Essa falta produz um dizer, marcado por um “(...) passado, [que], mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos” (ACHARD, 1999, p. 15). O passado, ao se atualizar em novas enunciações, produz novos sentidos, nos quais o percurso de memória está presente.

Pensando que a materialização do discurso se dá também por meio da sintaxe da língua, entendemos que as reformulações, necessárias, conforme afirma Achard, advêm



da virtualidade, que se ancora num percurso de enunciações. O que foi enunciado passará por reformulações em cenas enunciativas, que não serão jamais as mesmas, outras relações de sentido as constituirão. Uma forma linguística, ao ser novamente enunciada, já participou de outras cenas que contribuíram para que novos sentidos e novas relações fossem a essa forma incorporados. Então, as várias cenas e os vários sentidos produzidos nelas se configuram como virtualidade de sentidos das formas que se constituem nesse trabalho de relação entre língua e memória histórica, aqui entendida tal qual postulada por Guimarães (1995).

SENTENÇA E LUGAR SINTÁTICO SUJEITO: CONSTITUIÇÃO DA TEXTUALIDADE

Ao pretendermos analisar a textualidade na relação com a sintaxe, é para/sobre a sentença, nos pontos que nos interessa, o lugar do sujeito, que o nosso olhar deve se voltar. Valemo-nos, para tanto, da estabilidade da configuração da sentença, que apresenta regularidades na sua constituição. Conforme Dias (2009), a sentença, contraparte do enunciado, tem uma face regular, que se mostra ao analista em pontos de estabilidade sintática. Entendendo que a configuração sintática é um dos aspectos da textualidade, conforme nos coloca Guimarães (1995), o olhar sobre a sentença, no que ela tem de regular, nos aponta também para a observação da estabilidade da textualidade, perceptível pela regularidade sintática. Na relação sobre a qual nos propomos refletir, necessário se faz estudar a textualidade a partir da configuração sintática, o que só é possível no ponto de cruzamento entre semântica e sintaxe, pensadas, destaquemos, numa base enunciativa.

A direção e orientação para um sentido podem ser analisadas observando-se como a sentença é constituída, organizada. Na linearidade do texto, a direção e orientação são materializadas. Há “uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático” (DIAS, 2006, p. 57) e é sobre isso que nos voltamos inicialmente na observação do arranjo sintático. Na estruturação do arranjo, a sentença é constituída pelo lugar do



sujeito. Esse lugar convoca a instalação da sentença, da predicação. Uma vez virtualizado o lugar do sujeito, agregam-se, então, os outros lugares sintáticos.

Essa instalação da sentença e do predicado, por conseguinte, pela convocação do sujeito se dá porque, conforme Dias, este se constitui numa anterioridade de predicação, que se constitui numa relação entre língua e exterioridade. A instalação do lugar do sujeito é anterior à atualização do verbo, pois é ele quem determina o devir do infinitivo. Isso porque, como já afirmamos, o sujeito trabalhado na língua entra em um mundo dotado de sentidos que o antecedem, sujeito e sentido se definem na relação com processos significantes que realizam na historicidade.

CONFIGURAÇÃO SENTENCIAL E A CONSTRUÇÃO DA TEXTUALIDADE

Para verificar se o texto é bem estruturado linguisticamente, análise que se caracteriza como sendo de nível coesivo, tendo em vista que as marcas de coesão encontram-se no texto, conforme afirmam Koch e Elias (2006), seria observado como se dá a relação entre as orações e a relação entre as partes maiores do texto, como elas são encadeadas. No texto selecionado para uma breve reflexão sobre as questões que ora levantamos, provavelmente seria constatado, numa análise do funcionamento textual, que não uma boa formação coesiva, o que acarreta problemas para o entendimento do texto, tendo em vista o *truncamento* que se instala no mesmo.

A análise apontaria que a textualidade da materialidade intitulada *Contra a intervenção: eleição já!*, que segue abaixo, apresenta problemas na tessitura do texto. Apesar de a coesão não ser colocada, por Koch e Elias (2006), como condição nem necessária nem suficiente da coerência, entendemos que, se é por meio da materialidade, do tecido textual que passamos a ter contato com o texto e, portanto, passamos a produzir sentidos sobre o mesmo, quanto mais as relações de ligação entre as partes e/ou os elementos presentes estiverem bem estabelecidas, melhor será para a produção de sentidos.

**CONTRA A INTERVENÇÃO: ELEIÇÃO JÁ!
PELA DEMOCRACIA, AUTONOMIA, TRANSPARÊNCIA!**

“Numa palavra: os hábitos derivam dos atos de idêntica natureza. Há mister, pois, atentar para a qualidade dos atos que cumprimos, porque consoante sua diferença resulta a diferença dos hábitos.”

Aristóteles, A ÉTICA

A UESB está na hora da verdade. Chega de manobras, chega de dissimulação. Está na hora de dar um basta a um longo reinado repleto de manipulações, ditadura, falta de transparência. Não podemos aceitar armações para fabricar o caos, de gente que no fundo só quer mesmo é boicotar as nossas eleições.

Querem impedir que a verdadeira UESB seja vista por todos, com tudo aquilo que nós sabemos que existe aqui, e aqui alguns querem manter escondido. É preciso abrir todas as caixas pretas. Quem não deve, não esconde.

A quem interessa a intervenção? A quem interessa cobrir a UESB com um manto de segredo e impunidade? Quem tem medo de enfrentar as eleições diretas? O que está escondido e não pode ser mostrado? **QUEM ESTÁ FUGINDO DO VOTO?**

É preciso denunciar o jogo daqueles que trabalham para manter tudo sempre igual, quem só pensa em proteger seus interesses, não importando o mal que façam à Universidade, não importando os métodos. Quais os fins que justificam esses meios? São pessoas que repetem na prática as posturas antidemocráticas que criticam no discurso. Lembram discípulos dos rebentos da ditadura, proclamadores do cinismo institucionalizado. “Às favas os escrúpulos da consciência”. É essa a bandeira dessa gente, e não podemos mais aceitar isso.

O único remédio capaz de curar os males do presente e construir um futuro sadio é a Democracia. É ela que garante a legitimidade dos gestores e defende o princípio soberano da autonomia. Não há autenticidade no governo que se exerce sem o consentimento dos governados. Essa é a fórmula da tirania. Não há autonomia emanada de acertos de gabinete, que se proclama em assembléias que não são respeitadas em suas decisões ou que são manipuladas na sua condução. A verdadeira autonomia nasce da expressão clara da vontade geral. Amparada pelos princípios da legitimidade, manifestada sem temor da repressão dos poderosos e seus esbirros, garantida pelo respeito à Ética.

A truculência, desordem administrativa, a imposição, a desinformação, tudo isso cria um clima de distúrbios, impedindo que o processo eleitoral tenha seguimento normal. Isso será obra do acaso? Onde estão os debates, as conversas abertas e produtivas, a troca de opiniões que devem marcar a discussão sobre os rumos da Universidade? Quem pretende lucrar com isso? Este é o clima produzido por quem não tem compromisso com a liberdade e a transparência, e por isso investe na ruína. A intenção é “destruir para governar”?

Precisamos deixar claro de uma vez por todas que não aceitamos truques para fabricar uma intervenção artificial, nem jogadas de quem quer fugir ao julgamento das urnas. A Universidade

PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE não pode ser transformada em feudo de ninguém. Não pode ser tratada como se fosse um brinquedo, que passa de mão em mão, em um jogo de compadres.

Chega! A UESB pertence a todos nós, não é propriedade exclusiva de ninguém! Está na hora de tirar a máscara das conveniências, e revelar as verdades que todos devem conhecer, por meio de auditoria, se é necessário.

Levantes-se! Exija seu direito de votar e expressar o que você pensa.

Diga NÃO à ARMAÇÃO.

POR UMA UNIVERSIDADE DE VERDADE – ABEL E JUSSARA



O que dizer, por exemplo, no texto acima, a partir de uma perspectiva analítica em que a relação coesiva se baseia numa ligação formal entre termos, orações e partes maiores, do terceiro parágrafo que, sem uma ligação explícita com o que o antecede, é estruturado apenas com sentenças interrogativas iniciadas pelo pronome “quem” e pela expressão “o que”, sem uma retomada formal ao parágrafo anterior. É um parágrafo que, a nosso ver, foge da estrutura canônica de boa formação. Isso constitui um problema se não se considera o aspecto enunciativo, já que, somente nesse plano, dada a relação com a memória discursiva, é possível se justificar a estrutura desse parágrafo.

Pelas breves considerações sobre alguns recortes do texto, podemos apontar que a análise da textualidade e, especificamente, da coesão dos textos, sob o ponto de vista do *funcionamento textual*, se dá de maneira a observar como os elementos são articulados no plano da organicidade.

Numa perspectiva enunciativa, percebemos que *o problema* a ser apontado numa análise baseada apenas na materialidade linguística se deve ao fato de que o que se exige de coesão está atrelado à materialização de elementos formais, sem relação com o aspecto enunciativo da linguagem. A configuração sentencial do texto, que possui uma relação de constitutividade com a textualidade, traz implicações para o aspecto lacunoso do texto, o que pode ser visto como um problema que deve ser evitado. Essa configuração pode dificultar o preenchimento das lacunas e, conseqüentemente, a leitura se leva em conta apenas o plano da organicidade, porque, com essa configuração, nem sempre encontramos, nesse plano, os elementos de retomada e, quando encontramos, é somente com a ancoragem numa memória que se dá o preenchimento das mesmas. Percebemos, nesse texto, uma forma de encadeamento que produz sentido somente por essa ancoragem, e, portanto, imprescindível se faz considerar o plano enunciativo.

As sentenças iniciais do texto em análise não possuem uma linearidade no plano da organicidade. Ocupa-se o lugar sujeito com o grupo nominal (GN) sujeito “a UESB”, produzindo um efeito de estranheza na sentença. Espera-se, para essa sentença, baseando-se apenas no plano da organicidade, um termo que exerça a função de



predicativo para se relacionar com “a UESB”. Nas sentenças seguintes, temos a forma verbal “chega”, que, tradicionalmente, seria considerado como destituído de sujeito††††††††††. Na nossa perspectiva, no entanto, “de manobras”, que é chamado de objeto direto por formalistas, tem a possibilidade de ocupar tanto o lugar de sujeito quanto o lugar de objeto††††††††††. Na quarta sentença, o lugar de sujeito não é materializado linguisticamente, mas podemos considerar que, pela repetição da forma verbal “está”, “a UESB” configura-se como possibilidade de ocupação do lugar de sujeito. Vemos, na sexta sentença, que o lugar de sujeito não foi materializado. A forma verbal “podemos” indica que o pronome “nós” materializaria esse lugar. Perguntamo-nos, então, quem é o “nós”. Nas sentenças e no título, não há uma base para a qual o pronome possa remeter. Nesse caso, cabe uma procura de ancoragem em sequências posteriores ou numa virtualidade. O que retoma o “nós”? Que base, no caso, um substantivo, sustenta essa ancoragem? Os termos “a Uesb”, materializados anteriormente? Virtualmente, temos algumas possibilidades que podem ser aí materializadas: termos que estejam num domínio discursivo/referencial de oposição a uma gestão atual. Vemos, então, que, somente por uma sustentação no plano da memória, podemos produzir sentido para essa sequenciação, que se apresenta como lacunosa no plano formal.

No segundo parágrafo, temos diferentes modos de ocupação do lugar de sujeito, que têm repercussões para textualidade§§§§§§§§§§, ou seja, apontam uma direção para o sentido. Vale salientar que o modo como se dá essa ocupação não permite, organicamente, uma liga com os lugares de sujeito do primeiro parágrafo. Estabelece-se um jogo de retomadas, numa busca de identificação por um elemento que foi anteriormente explicitado, que envolve a força de retrospectção, e fecha com a força de prospecção. A materialização de “querem” nos leva à busca de identificação do termo que ocupa o lugar sujeito. Quem quer “impedir que a verdadeira UESB seja vista por

†††††††††† Na nossa perspectiva, uma sentença é instalada com a instituição do lugar de sujeito. Nesse sentido, questionamos a existência de sentenças sem sujeito.

†††††††††† A ocupação do lugar de objeto é discutida por Dalmachio (2008).

§§§§§§§§§§ Guimarães(1995) e Dias (2001) produzem um deslocamento na noção de textualidade.



todos”? Na busca pela identificação, encontramos “gente”, no primeiro parágrafo, que pode se configurar como a base de ancoragem. Entendemos que não materializar “gente” ou outro substantivo que o retome produz um efeito de projeção para o lugar de sujeito, que se fecha com o encontro da base. É um movimento que demanda certa dificuldade; não se materializou porque não se conhece. Para fechar o parágrafo, temos o lugar de sujeito ocupado com o delineamento de um perfil, que pode ser formulado com “todo aquele que”. Fechar o parágrafo com uma sentença constituída com uma força de prospecção produz como efeito de sentido uma abertura bastante significativa para a sentença e, conseqüentemente, para o texto. Dizer “quem não deve, não esconde” é apontar para uma virtualidade, cuja atualização se dá a partir de um espectro discursivo específico. É a sustentação numa memória discursiva das relações políticas, sindicais que possibilitará a atualização de “todo aquele que”.

Podemos sugerir que o que dá pertinência ao texto são fatores de ordem enunciativa, como sua ancoragem numa memória, seu pertencimento a um gênero textual, no caso, gênero de protesto, sua inserção num acontecimento enunciativo. Esses são aspectos que garantem a liga, a aderência do texto em questão.

A partir da breve análise que realizamos, produzimos um deslocamento no modo de analisarmos a textualidade. Essa, para nós, deve ser analisada, observando como se dá a ocupação do lugar do sujeito no fio da sentença, porque compreendemos que a ocupação dos lugares de sujeito tem papel fundamental na constituição da textualidade. Pudemos observar a sequenciação formal do texto, sem perder de vista, no entanto, que as formas nada dizem senão numa relação com o acontecimento. É pela constituição da sentença e pela relação que ela mantém com as demais no texto que podemos observar que direção se produziu para o enunciável e como se orientou o enunciável para uma unidade (Dias, 2001).

CONCLUSÕES

Entendemos que a discussão sobre a relação textualidade e sintaxe com foco na configuração sentencial tem muito a contribuir para a explicitação e compreensão da



textualidade. A direção para um dizer nas textualidades se dá pela instalação das sentenças, que são convocadas pelo sujeito. Então, para compreendermos essas direções, faz-se necessário que entendamos as condições enunciativas que interferem na produção dos sentidos.

Como sujeito e sentidos são constituídos na/pela língua, afetada pelo interdiscurso, entendemos que, ao selecionar uma dentre as várias possibilidades de materializar linguisticamente o lugar de sujeito, o locutor, no acontecimento enunciativo, está produzindo uma direção para o dito, para o enunciável em situações enunciativas específicas. Na atualização do lugar do sujeito, o texto ganha pertinência porque participa da história das enunciações das textualidades de acontecimentos enunciativos.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. *et alii*. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-21.
- BENVENISTE, E. (1958). **Problemas de Lingüística Geral I**. 5. ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005.
- COURTINE, J-J. **Analyse du discours politique**: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, Larousse, n. 62, 1981.
- DALMASCHIO, L. **Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- DIAS, L. F. O fato lingüístico e a constituição de um saber de entremeio. In: RÖSING, T. M. K.; BECKER, P. (orgs.) **Jornadas literárias de Passo Fundo: 20 anos de história - Ensaio**. Passo Fundo: UPF/ Edelbra, 2001, p. 191-198.
- _____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (org.) **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002, p. 47-63.
- _____. Textualidade e gramática: relações em construção. In: SCHONS, R. C.; RÖSING, T. M. K. **Questões de escrita**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p. 30-41.
- _____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. In: **Letras**. Santa Maria: UFSM, 2006, n. 33, p. 51-67.
- _____. Enunciação e regularidade sintática. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, 2009, v. 51, p. 7-30.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.
- KOCH, I. V; ELIAS. V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. (1983). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.